



IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
25 YEARS OF LATIN AMERICAN
CONSTITUTION IN CONTEXT

25年的背景下拉美宪法

EXCLUSIVE INTERVIEW
MANOEL DAVID
MAYOR OF TIETÉ-SP

铁特-SP的市长



The
WINNERS

Prime Leaders Magazine

www.globalgcsn.com

GCSM
 Global Council of Sales Marketing

Adriana Salles,
 Chieko Aoki e
 Luiza Helena Trajano



SPECIAL REPORTS AND ARTICLES 特别的报告和文章



MARIO GARNERO
 WORLDWIDE HONORARY
 PRESIDENT GCSM



JOSÉ DE PODESTÁ
 BOARD OF
 TRUSTEES GCSM



RITA PASSOS
 DEPUTADA
 ESTADUAL SP



ACÁCIO QUEIROZ
 CHUBB SEGUROS



TONI SANDO
 SPCVB



SILVIA SIMONE ANSPACH
 BELETRISTAS
 PRODUÇÕES EDITORIAIS



STAN BRAZ
 ABRAREC E
 SINTELMARK



LEVI RODRIGUES VIEIRA
 PREFEITO DE
 PORTO FELIZ SP



CLECIO LUIZ CHIAMULERA
 IBEP PR

25 years of Latin American constitution in context



Over the past 30 years, Latin America experienced marked alteration of its constitutional foundations and modified almost all existing texts and the adoption of new constitutions.

Even Argentina, who lived with model coming from the nineteenth century, revamped its larger text. Countries such as Venezuela, Bolivia and Ecuador preferred mold itself according to teachings from a Spanish center of social studies. Created model, based on a large appreciation of the Executive, directly linked to the people, and through ongoing consultation convened by the Executive, through the Legislature and Judiciary, and prosecutors to pursue secondary functions.

Honduras, like Brazil, amend its Constitution in the 80s, and, between the entrenchment clauses, the impossibility of re-election.

Paraguay enacted, in the 90s, its constitution with parliamentary systems like device that allows the removal of the president for poor performance. Rigorous, almost all other Latin American countries changed their texts in this period.

The Brazilian model deserves reflection. Your text is smaller than the Venezuelan, Bolivian and Ecuadorian, however, much larger than that of Argentina. Has the text, however, a huge amount of provisions that could be conveyed by complementary legislation, ordinary or even by regulatory acts of the Executive.

The constitution promulgated on 10/05/88 was widely criticized by extension (245 articles and 70 permanent standards of transitional provisions). Today there are 250 and 97, with 81 amendments. Despite this constant mutation, had an undisputed merit: establish definitely the democratic state that Brazil wanted since the Constitu-

tion of 1891 and the earlier texts (1934, 37, 46 and 67) failed.

I attribute this result to the fact that it was prepared to adopt a parliamentary system of government. Only at the eleventh hour, now in plenary adopted the presidential system, no time to change many of the devices that have considerable strength to the Congress and the Judiciary. Strengthened, too, the role of the Court of Auditors.

The framework can be outlined as follows: A strong legislature, as in parliamentary systems, a judiciary authentic, with greater force than in previous constitutions, a Court of Auditors, with greater powers to hold and inspect the power, and not an Executive was weakened because you were granted two legislative instruments.

Can today say that the democratic state is definitive in Brazil, thanks to the 1988 Constitution.



25 anos da constituição no contexto Latinoamericano

Nos últimos 30 anos, a América Latina conheceu sensível alteração de seus fundamentos constitucionais, com modificação de quase todos os textos vigentes e adoção de novas Constituições.

Até mesmo Argentina, que convivia com modelo vindo do século XIX, reformulou seu texto maior.

Países como Venezuela, Bolívia e Equador preferiram moldar-se de acordo com ensinamentos provenientes de um centro espanhol de estudos sociais. Criaram modelo, alicerçado em grande valorização do Poder Executivo, diretamente vinculado ao povo, mediante consultas constantes e convocadas pelo próprio Executivo, passando o Poder Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público a exercer funções secundárias.

Honduras, como o Brasil, alterou sua Constituição na década de 80, tendo, entre as cláusulas pétreas, a impossibilidade de reeleição. O Paraguai promulgou, na década de 90, sua constituição, com dispositivo semelhante aos sistemas parlamentares que permite o afastamento do presidente por mau desempenho.

De rigor, quase todos os outros países da América Latina alteraram seus textos neste período.

O modelo brasileiro merece reflexão à parte. Seu texto é menor do que os venezuelano, boliviano ou equatoriano, porém, muito maior que o da Argentina. Tem o texto, todavia, uma quantidade enorme de disposições que poderiam ser veiculadas por legislação complementar, ordinária ou até mesmo por atos regulamentares do Executivo.

A Constituição promulgada em 05/10/88 foi muito criticada por extensão (245 artigos de normas permanentes e 70 de disposições transitórias). Hoje, são 250 e 97, com 81 emendas.

Apesar desta constante mutação, teve um mérito indiscutível: firmar definitivamente o Estado Democrático de Direito que o Brasil desejava desde a Constituição de 1891 e que os textos anteriores (1934, 37, 46 e 67) não conseguiram.

Atribuo esse resultado, ao fato de ter sido elaborada para adoção de um regime parlamentar de governo. Apenas na undécima hora, já em plenário, adotou-se o sistema presidencial, sem tempo de alterar muitos dos dispositivos que deram força considerável ao Congresso e ao Poder Judiciário. Fortaleceu-se, também, o papel do Tribunal de Contas.

O quadro pode ser delineado da forma seguinte: um Legislativo forte, como nos sistemas parlamentares; um Judiciário autêntico, com força maior que nas Constituições anteriores; um Tribunal de Contas, com poderes maiores para responsabilizar e fiscalizar o Poder; e um Executivo que não ficou fragilizado, pois lhe foram outorgados dois instrumentos legislativos.

Pode-se, hoje, dizer que o Estado Democrático de Direito é uma realidade definitiva no Brasil, graças à Constituição de 1988.

*Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME e Superior de Guerra - ESG; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa da Universidade de Craiova (Romênia) e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO - SP; Fundador e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária.

* Emeritus Teacher of Mackenzie University, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, CIEE/ STATE OF SÃO PAULO, Schools Command and General Staff Army - ECEME and Superior de Guerra - ESG; Honorary Professor of the University Austral (Argentina); San Martín de Porres (Peru) and Vasili Goldis (Romania); Honorary Doctor of the University of Craiova (Romania) and Teacher at the University of Minho (Portugal); Chairman of the Board of Law FECOMERCIO - SP; Founder and Honorary Chairman of the Center University Extension.

Health crisis in debate



The International Academy of Law and Economy in collaboration with Fecomercio's Superior Law Council of the Study Group for Health Issues recently hosted a conference on the health crisis which is currently being faced in Brazil. During the opening ceremony of the event, Vice President of the Brazilian Republic, Michel Temer, was appointed as full member of the International Academy of Law and Economy. Honorary chairman, Ives Gandra Martins, who was also present at the opening ceremony, greeted Temer's appointment to the position with enthusiasm.

Members of the public who attended the opening ceremony, treated the new member of the Academy to effusive applause, following his acceptance speech and taking of the oath.

According to the president of the Academy, Superior Court Judge Ney Prado, the mega-event was inspired by the recent demonstrations that have taken place all over the Brazilian territory, which express the population's unequivocal demand for easier access to and better quality of both public and private health services.

Aiming at responding to this up-to-date and extremely relevant concern, the given objective of the event was to foster an academic debate of a multidisciplinary and nonpartisan nature. Participants in this debate were selected from amongst the most prominent national figures in Brazil. Leading and well-known professionals from the public and private sectors were called upon, to provide a realistic as-

essment of cases in which they had been actively engaged throughout their professional experience. Based on their assessments, they were asked to present viable proposals capable of effectively contributing to the immediate improvement of the

Brazilian health system.

The conference fulfilled all of its objectives: It encouraged the debate among prominent lecturers, attracted a significant number of attendees, and its results were widely disseminated by the mass media.



A crise da saúde em discussão

Academia Internacional de Direito e Economia e o Grupo de Estudos da Saúde do Conselho Superior de Direito da Fecomercio realizaram, nos dias 14 e 15 de outubro, um Congresso sobre a crise por que passa a saúde no Brasil.

Merece especial destaque a solenidade de Abertura do Evento. Na oportunidade, o Vice-Presidente da República Michel Temer foi empossado como membro titular da Academia Internacional de Direito e Economia. Saudou-o, efusivamente, o presidente de Honra Ives Gandra Martins.

Após proferir seu discurso de agradecimento e prestar o protocolar juramento, o empossado foi entusiasticamente aplaudido pelo grande público presente à cerimônia.

Nas palavras do Desembargador Ney Prado, presidente da Academia, o mega evento teve como justificativa as recentes manifestações sociais em todo o Brasil, bem assim, o inequívoco desejo da Sociedade em geral de ver melhorado o acesso e a qualidade dos serviços relativos à saúde pública e privada.

Sensível a esses reclamos, o objetivo do Evento foi oferecer um debate acadêmico, multidisciplinar e apartidário, reunindo nomes de primeira grandeza, dentro e fora dos quadros, como contribuição ao atualíssimo debate nacional sobre tão relevante tema.

Destacados interlocutores públicos e privados foram convocados a prestar um diagnóstico realista sobre casos vividos no âmbito de suas respectivas especialidades, bem assim, a oferecer propostas possíveis que sirvam como subsídio ao inadiável aprimoramento de sistema de saúde brasileira.

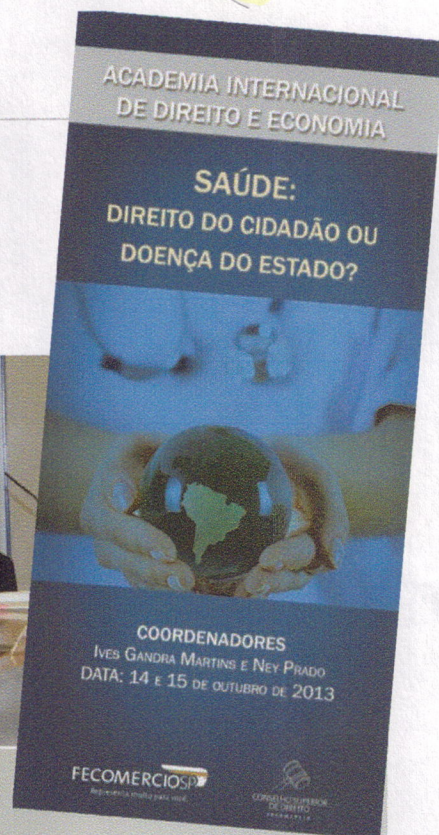
O Congresso foi exitoso em todos os seus propósitos: estimulou o debate entre notáveis expositores, reuniu grande afluência de público e abundante divulgação na mídia.

* Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e o Grupo de Estudos da Saúde do Conselho Superior de Direito da Fecomercio

* Ney Prado, President of the International Academy of Law and Economics and Health Study Group of the Superior Council of Law Fecomercio



ACADEMIA INTERNACIONAL DE DIREITO E ECONOMIA



1 - Michel Temer – Vice-Presidente da República, Ney Prado – Desembargador Federal, Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e Coordenador do Evento, Desembargadora Maria Doralice Novaes – Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Dr. Marcos da Costa – Presidente da OAB/SP, Dr. Fábio de Salles Meirelles – Presidente da FAESP/SENAR e Dr. Edvaldo Pereira Brito – Secretário da Academia Internacional de Direito e Economia e Coordenador do Evento | 2 - Dr. José Erivalder G. de Oliveira – Advogado Constitucionalista, José Fernando Casquel Monti – Vice-Presidente do Cons. Nac. da Secretária Municipal da Saúde – CONASEMS e Dr. Ruy Altenfelder – Presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas | 3 - Álvaro Ferreira Mortari – Diretor do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, Dr. Cássio Mesquita de Barros – Vice Presidente da Academia internacional de Direito e Economia, Ivete Senise Ferreira – Vice-Presidente da OAB/SP e Ney Prado – Desembargador Federal, Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e Coordenador do Evento | 4 - Antônio Jorge Kropf - Diretor de Assuntos Institucionais da Amil e Dr. Adib Jatene – Médico/Cirurgião e Ex-Ministro da Saúde | 5 - Michel Temer – Vice-Presidente da República | 6 - Dr. Fábio de Salles Meirelles – Presidente da FAESP/SENAR e Dr. Paulo Rabello de Castro – Economista e Acadêmico da Academia Internacional de Direito e Economia.



12 - Parte do Público, Dr. Adib Jatene – Médico/Cirurgião e Ex-Ministro da Saúde, Paulo Oliver – Coordenador da Comissão de Saúde da Fecomercio e Ney Prado – Desembargador Federal, Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e Coordenador do Evento | 13 - Agostinho Turbiano – Presidente e CEO da Global Council of Sales / The Winners e Reynaldo Mappelli Júnior – Coordenador do Núcleo de Assuntos Jurídicos da Secretaria do Estado da Saúde | 14 - Dr. Ives Gandra Martins – Presidente de Honra da Academia Internacional de Direito e Economia e Coordenador do Evento | 15 - Parte do Público | 16 - Ney Prado – Desembargador Federal, Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e Coordenador do Evento e Fernando Lobo D'Eça – Membro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF | 17 - Ney Prado – Desembargador Federal, Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e Coordenador do Evento, Dora Sílvia B. Cunha Bueno – Presidente da Associação Paulista de Fundações APF, Kalil Rocha Abdalla – Provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Antônio Jorge Kropf – Diretor de Assuntos Institucionais da Amil | 18 - Samantha Ribeiro Meyer-Pflug – Constitucionalista, Adilson Abreu Dallari – Advogado Administrativista, Cláudio Antônio Soares Levada – Desembargador do TJ/SP e Antônio Carlos Rodrigues do Amaral – Professor de Direito do Mackenzie